



Das vozes ocultas ás vozes enunciativas: denúncias de uma favelada

Edimilson Antônio Mota¹,

Ives da Silva Duque Pereira²,

Laís Alves de Souza³,

Ludimila Batista Alcântara⁴,

Sandra Márcia da Cruz Gomes Nogueira⁵

Resumo:

O presente trabalho se propõe estudar as questões de identidade e diferença do negro, a partir das narrativas pós-coloniais. A cerne desta proposta se desdobra na análise da obra literária "O quarto de despejo" de Carolina Maria de Jesus (2014). Essa perspectiva visa romper com as ideologias do mundo eurocêntrico, e nesse sentido valorizar as diversas trajetórias que coexistem no espaço. Baseado na Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira, nas escolas, e tem como objetivo combater o racismo, busca-se desconstruir o discurso que enaltece determinados grupos, em detrimento de outros. Esta leitura possui um diálogo com as teorias raciais argumentadas por Viana (1923), o qual discute o reconhecimento do negro na sociedade colonial. É importante destacar que: "O quarto de despejo" é o objeto de pesquisa e a ferramenta metodológica utilizada. É uma pesquisa de cunho qualitativo que ainda se encontra em andamento e por isso as análises são parciais.

Palavras chave: Identidade; Lei 10.639/03; Periferia.

¹Doutor em Educação (UFRJ), professor Coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

² Professor supervisor do programa Institucional de Bolsa de iniciação à docência (PIBID).

³ Graduando de Licenciatura em Geografia na UFF-Campos.

⁴ Graduando de Licenciatura em Geografia na UFF- Campos. "Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

⁵ Professor supervisor do programa Institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID)

O DIÁRIO DE UMA FAVELADA

Maria Carolina de Jesus (1914-1977), nascida na cidade de Sacramento, Minas Gerais. Negra e pobre Carolina estudou até a antiga 2ª série primária. O quarto de despejo é uma obra que reúne fragmentos do diário da autora, onde a realidade de um favelado se torna evidente.

A autora foi descoberta na extinta favela do Canindé, pelo então jornalista Audálio Dantas. Este recebeu a função de produzir um documentário sobre a realidade dos favelados. Ao conhecer os cadernos "encardidos" e seus escritos, pautados de forma rudimentar, Dantas percebeu que os fatos, o cotidiano de um favelado, seria eficiente se fosse narrado, segundo o ponto de vista de quem está dentro. Neste sentido, algo que passaria despercebido, ao um olhar superficial é colocado em evidência. Como é percebido na frase: "A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história- a visão de dentro da favela "(JESUS, 2014, p.2)

O livro publicado na década de 60, atingiu mais de 100 mil exemplares vendidos. Apesar de conter relatos humildes, que inserem a questão da fome, a publicação percorreu o mundo. A televisão e as rádios noticiavam, "o novo feito", uma periférica denunciando os conflitos e impasses de um favelado.

Apesar de ser um texto datado, este possui delações contemporâneas. Visto que, o quarto de despejo referido não mais existe, porém, novas favelas foram surgindo ao longo dos anos e o quadro de discriminação, intolerância, violência e fome ainda é vigente.

De forma sucinta e simplista, os relatos de Maria Carolina de Jesus, possuem com centralidade as narrativas de experiências adquiridas, através da triste realidade dos menos abastados. A catadora de lixo utilizava os intervalos entre a dupla jornada de provedora do lar e mãe, para se dedicar a leitura e a escrita.

Neste contexto, é possível perceber a indignação da mesma em relação ao sistema capitalista e as suas extremas desigualdades e contradições. Uma vida marcada por privações, e sem condições mínimas de sobrevivência e sobretudo, por resistência e inconformidade com a realidade da periferia. Carolina em sua sensatez, acreditava que "o poder da escrita", ou do conhecimento, poderia modificar a sua vida para alcançar a tão sonhada casa de alvenaria.

As implicações da espacialização / globalização da estória da modernidade são profundas. O efeito mais obvio, que tem sido, sem dúvida, a principal intenção, é reelaborada a modernidade evitando que seja o desdobramento, a estória da Europa. O objetivo tem sido, precisamente, descentrar a Europa. (MASSEY, 2008, p.10)

A proposta desta autora, vincula-se ao objetivo de uma nova maneira de pensar o espaço. E assim considerar as diversas trajetórias existentes. Segundo Massey (2008), as narrativas deveriam ser transferidas para as periferias globais, neste sentido possui um forte diálogo com as enunciações presente no "*Quarto de despejo*." Segundo esta concepção, quem domina o discurso e o "*outro*" o considerado inferior e subalterno.

O QUARTO DE DESPEJO AINDA EXISTE: O LUGAR DAS IDENTIDADES E DAS DIFERENÇAS

O conceito de identidade possui centralidade nesta narrativa. Visto que, é um parâmetro utilizado para definir o "*Outro*". A identidade está intimamente relacionada ao poder, que define quem está dentro ou fora, que é superior ou inferior. Deste modo, tal conceito demarca o que é normativo, ou socialmente aceito, e aquilo que é diferente, degenerado e fora dos padrões elitistas e excludentes.

É importante destacar que a identidade é indissociável da diferença. Ambas coexistem no mesmo espaço. Neste sentido, as narrativas construídas segundo a perspectiva de mundo europeu, enaltece determinados grupos em detrimento de outros. É possível afirmar que o que sustenta a identidade é a diferença, é o que por sua vez marca a diferença é a exclusão. Esta é uma relação dotada de conflitos, onde há uma intensa disputa pelos lugares privilegiados.

As identidades raciais e principalmente de gênero, podem ser evidenciadas na obra acima descrita. A personagem principal, uma mulher negra, denuncia em sua obra questões como racismo e violência contra a mulher. "Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo o que aqui se passa. E tudo o que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e você com estas cenas desagradáveis me fornecem argumentos" (Jesus, 1960, p.17)

O quarto de despejo, referido pela autora é simplesmente a favela. A descrição física do lugar, é apresentada de maneira relevante, neste sentido, há uma riqueza de detalhes, que transportam o leitor para a cena descrita. Um lugar sujo, com casas feitas de tábuas velhas e papelões, com altos índices de doenças devido a precariedade de higiene, são elementos que caracterizam o cotidiano de um favelado.

O sofrimento ocasionado pela fome, os conflitos dentro da comunidade e sobretudo, o descaso dos governantes, em relação aos moradores da periferia, influenciaram o sentimento de luta constante para sair da favela. Conforme citado: "Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui." (JESUS, 2014, p. 20)

A partir desta afirmativa é possível concluir que não há um sentimento de pertencimento com o lugar. A topofagia é um elemento simbólico inequívoco presente nos escritos de Carolina. O lugar é um conceito geográfico, que está para além do espaço físico-material. Neste sentido, é uma categoria analítica da Geografia, embebido de subjetividade e simbolismo.

Segundo a concepção Lopes (2016), o lugar é um espaço social dotado particularidades, afetividades onde as experiências são adquiridas a partir do percebido e do vivido. O termo lugar, referido no presente trabalho, busca um forte diálogo com os aspectos simbólicos que engloba tal conceito. Deste modo, se distancia dos determinismos físicos, que são utilizados de maneira trivial, com base em senso comum.

Na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios. Isso tem a ver com o fato de que as identidades sócio espaciais se associam, sempre, relações de poder espacializadas, em que se nota a finalidade de defender as identidades e um modo de vida. (Lopes, 2016. p.117).

Mãe de três filhos, a autora descreve a dificuldade de criar as crianças com a ausência do pai e sobretudo do Estado. O sustento da família era resultante da coleta de material reciclável.

Em seus manuscritos é possível evidenciar, a dilaceração causada pela fome, que neste caso é destacado como fator social, que fere sobretudo a dignidade dos menos favorecidos. O alimento é uma necessidade vital para os seres humanos, porém os desvalidos e esquecidos socialmente, não possuem acesso às suas necessidades básicas. A realidade das periferias não é colorida como apresenta a mídia. Conforme Carolina descreve, na verdade não há cor é simplesmente amarela.

Os meus filhos não são sustentados com o pão da Igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho, para mantê-los. E elas, tem ainda que mendigar e apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pedem socorro eu tranquilamente no meu barraco ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebram as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. (JESUS, 1960, p.16).

Neste fragmento do diário há um destaque, para o empoderamento da mulher, onde Carolina evidencia sua autonomia e refuta a ideia de mulher dependente, submissa e sobretudo violentada pelo seu cônjuge. Sabe-se que esta temática ainda enfrenta embates e conflitos na atualidade, onde homens com o discurso de superioridade intelectual, moral e social agridem, ou praticam a violência contra suas esposas. Esta é uma perspectiva, que vem sofrendo alterações ao longo dos anos. Porém ainda há muito o que ser feito, para a reprimir estes possíveis violentadores.

Estes são pontos destacados por uma favelada. A partir desta leitura, descrita pelo "outro", surge a necessidade de desconstruir os estereótipos, que rotulam e denigrem a imagem dos moradores de favela.

Apesar do lugar, no sentido de localização (favela) está associada a marginalidade, doenças, faltas de recursos econômicos e sociais, os moradores residentes possuem, pelo menos em tese, os meus direitos constitucionais, e são tão brasileiros quanto os moradores do "asfalto". Porém estes vivem no regime de invisibilidade como descreve Gomes (2013). Estes periféricos, possuem diversos olhares em sua direção, porém não são vistos. Não apresenta um valor social, são mantidos nas condições de invisíveis ou fantasmas dos centros urbano, onde."O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças." (JESUS, 1960, P.29)

Os casos descritos, apresentam um viés crítico, especialmente a esfera política do país. O Brasil em sua trajetória é marcado por corrupção e defesa dos interesses da alta sociedade. Neste sentido, a autora aponta que a solução para discriminação enfrentado pelo pobre, seria sanada, no momento que os mesmos assumissem o poder. O oprimido resistindo, as imposições do opressor. Apesar de sua baixa escolaridade, Carolina conhecia o contexto político do Brasil, vide suas críticas:

O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a sua voz. Parece um sabiá. E a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o catete. Cuidado sabiá, para não perder a gaiola, porque os gatos quando estão com fome contemplam as aves nas gaiolas. E o favelado tem fome. (JESUS, 1960, p. 35)

O ponto de vista indicado por quem está dentro é diferente da perspectiva, apontada por quem observa de fora. Segundo Gomes (2013), a troca de posição no espaço permite visualizar imagens diferenciadas. A característica de um favelado, demonstrada pela autora é divergente das apresentadas pelos grupos supressivos. Para Carolina, um dos elementos marcantes da identidade periférica é a desnutrição e as indumentárias maltrapilhas. Já para os observadores, que estão fora da realidade da favela, os marcadores identitários são violência e a incapacidade de socialização, dos mesmos.

Esta deturpação imagética, pode ser associada aos interesses de uma comunidade perversa e capitalista. É inegável que, os problemas sociais e as calamidades enfrentadas pelos moradores do Canindé, forjaram indivíduos decadentes e por que não dizer corruptos.

A presença do Estado ou dos políticos, no quadro de despejo, se restringe tão somente ao período eleitoral. O comparecimento do Estado do cotidiano das favelas pode ser representado pela presença coercitiva e opressora da polícia nas comunidades. O abandono é uma denúncia evidente neste trabalho. Não basta apenas reprimir ou simplesmente rotular é preciso conhecer o vivido, o percebido e as experiências individuais. Muito mais, do que dar a voz é preciso ouvir os gritos, que ecoam do quarto de despejo.

Neste trecho " Quando estou na cidade tenho, a impressão que estou na sala de visita com lustres de cristais, e seus tapetes de veludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo."(JESUS, 1960, p. 33), a cidade é romantizada por Carolina. O desejo pela casa de alvenaria se torna evidente em cada frase. Sair da comunidade representada para catadora de lixo, uma mudança de vida. E esta só seria possível através das suas leituras e escrita que se apresentam como a ferramenta do poder, exercida pelo oprimido.

O RECONHECIMENTO DO NEGRO E A LEITURA NO ÂMBITO ESCOLAR

As Diretrizes Curriculares Nacionais, para o ensino de História Afro-brasileira, são ferramentas utilizadas pelo estado, com objetivo de promover o fim da discriminação, injustiça e assim promover a inclusão social. É notório que a história do negro é marcada de forma significativa, onde seu acesso a instituição de ensino foi restrito ou regulamentado conforme os interesses elitistas e excludente da época:

O decreto n- 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para os adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O decreto n- 7.031-A, de 6 de setembro de 1978, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (BRASIL, 3/2004)

Neste sentido é possível afirmar que, mesmo no período pós escravocratas, a luta dos menos favorecidos tem continuidade. Esse esforço consiste em romper com as posturas subjetivas e preconceitos internalizados no indivíduo. Neste sentido, Quijano (2005), afirma que a sociedade passou do período colonial, porém não o rompeu.

A implementação na lei 10639/03 é uma conquista de lutas travadas pelos movimentos sociais do início do século XX. Conclui-se que é o resultado das grandes peregrinações em busca de reconhecimento. Baseado no princípio da equidade: Promover a igualdade entre os desiguais, o Brasil assume sua figura de uma país racista.

De Zumbi de Palmares à Lei 10.639/03, vários foram os períodos e espaços de lutas dos negros brasileiros; seja individualmente para sobreviver nos espaços excludentes do campo e das grandes cidades brasileiras, seja coletivamente nos diversos movimentos negros de lutas e resistências como o Movimento Negro Unificado — MNU, a Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos, entre outros. Os afro-brasileiros sempre lutaram contra os opressores para se libertarem das senzalas, pela abolição, por trabalho, por terra, pela educação e pela cultura; somada a essa luta, temos a Lei 10.639/03 (SANTOS,2013, p.31).

Através da educação visa reparar e reconhecer danos provocados no passado e desta forma, a partir das políticas de ações afirmativas, valorizar as identidades até então desvalorizadas. É necessário enfatizar que os danos que aqui são relatados não se restringem a parte física do indivíduo, esses prejuízos afetaram psicologicamente, socialmente e economicamente, ou seja em todas as instâncias da vida da população classificada como inferior.

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas nada tende a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII, e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo de raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior das sociedades brasileiras." (BRASIL, 3/ 20104).

No Brasil ao longo de sua história viva, as instituições sociais de ensino eram elitistas e excludentes. Neste sentido, atendiam as classes com significativo poder econômico. Assim os menos abastados, tornaram-se periféricos não somente no sentido geográfico ou de localização, mas no sentido de subalternos intelectualmente. Esta afirmação pode ser evidenciada, à medida que observamos as ocupações sociais no território brasileiro. Os cargos públicos e as atividades mais elitizadas, em determinado período da história brasileira, eram destinados a aristocracia, conseqüentemente, os trabalhos braçais, com "*melhor valor social*" eram destinados aos negros.

A história do Brasil é marcada por injustiças, discriminação e a desvalorização da identidade do negro. Nesse sentido, a criação da imagem estereotipada do negro, construída pelos olhares eurocêntricos, serviu como base para promover a exclusão do racismo.

A Lei 10639/03, pode ser considerado fruto dos movimentos sociais, que emergiram no Brasil durante o século passado. Estes "grupos", insatisfeitos com ordenamento político e social, questionaram as bases e colocaram em xeque as imposições verticalizadas.

As políticas de ações afirmativas, são de suma importância para estudantes afrodescendentes no Brasil. Esta medida permite ao aluno com oportunidades desiguais, o acesso a caminhos que até então eram trilhados pela minoria. Nos discursos atuais há inúmeros posicionamentos contra as "*cotas*".

É notório que ainda não rompemos com o paradigma estabelecido pelo europeu. A branquitude é associada as melhores ocupações sociais e econômicas. Portanto, é imprescindível desconstruir a figura estereotipada do negro, onde o mesmo é categoricamente associado à violência, à pobreza, e à desqualificação.

Para romper com essas perspectivas é necessário rever as bases educacionais. Assim, o profissional de ensino deve ser capacitado para trabalhar tal temática, com transversalidade para as questões raciais e suas implicações.

Observa-se que a escola é um espaço na qual as diferenças podem ser vistas de forma concreta e as questões racistas e discriminadoras aparecem em diversas manifestações. A partir das famosas "*brincadeiras*" que romantizam o ato de excluir, agressões verbais e não verbais é notório a fundamental importância do docente ao conscientizar, promover discussões sobre o racismo e preconceito que ajudam no reconhecimento. Segundo Candau (2008), o professor não pode ignorar atitudes de

discriminação na sala de aula, e num diálogo coletivo, ele deve mediar a construção de relações sociais positivas.

Nessa abordagem educacional, o Estado, além de instituir "*obrigações*" aos docentes, deve promover estudos para implementar uma didática, que seja eficaz e que aborde o conceito de raça. O objetivo não é simplesmente celebrar as diferenças, mas, sobretudo, promover a igualdade entre as raças e o autorreconhecimento.

No que diz respeito à construção social e à quebra de estereótipo, a educação contínua, é sem dúvida uma ferramenta de médio e a longo prazo que pode melhorar a estrutura social do Brasil.

Segundo o IBGE, a questão da raça é autodeclarada, deste modo o indivíduo deve ser reconhecido como tal. O resgate da identidade e valorização da história do "outro é necessária. Pois desconsiderar, ou até mesmo rejeitar a trajetória do negro é negar as próprias raízes brasileiras.

É um jogo de construção e tensão da identidade e do reconhecimento, pois:

Reconhecer implica justiça, e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos bem como a valorização da diversidade que distingue os negros dos outros grupos que compõe a população brasileira. e isto requer mudanças nos discursos, raciocínio, lógicas gestos, posturas, e modo de tratar as pessoas negras. (BRASIL 3/2004)

A VOZ DO OPRIMIDO SOBRESSALTA A DO OPRESSOR

A escrita é neste sentido, utilizada como ferramenta do poder, e sobretudo como forma de resistência. Esta é uma pesquisa que se desdobra a partir do Núcleo de Pesquisa Multiculturalismo- UFF Campos, sob orientação do Dr. Professor: Edmilson Antônio Mota. Cujo o objetivo é discutir de que lugar fala o "Outro", quais são as suas perspectivas, e sobretudo, quais são as suas vivências e experiências, a partir do cotidiano, composto por invisibilidade e fome.

A obra representa uma bandeira levantada ainda nos anos 60, porém deleta o atual quadro crítico dos moradores de periferia. "Os vizinhos de alvenaria olham as favelas com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não querem a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo dos pobres. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres." (JESUS, 2014, p.49)

O desejo de remanejar os periféricos das áreas centrais é evidente ao longo da história do Brasil. Os discursos das elites brasileiras são dotados de indiferença e

autoritarismo. Tomamos com exemplo, a Reforma Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Esta forjada, sob perspectiva ideológica, política e econômica, buscava a higienização do centro urbano ao transferir o “*problema*” para um outro lugar. Nesse sentido, os negros recém libertados, acusados de vadiagem, são direcionados as margens da cidade, formando assim os cortiços e posteriormente as primeiras favelas.

Na atualidade, os quartos de despejo estão presentes em praticamente em todas as metrópoles brasileiras. É são tratados com os mesmos procedimentos do passado. O caso mais recente, se trata da prefeitura de São Paulo, onde o atual gestor decidiu remanejar a população periférica, para (re)funcionalizar a localidade. São planos, que desconsideram as classes menos abastadas e neste sentido desconsidera o social em nome do pragmatismo. A repressão e a falta de entendimento social ainda é um tema contemporâneo da sociedade brasileira.

A obra de Maria Carolina de Jesus é bastante completa, portanto rica em detalhes. A cerne da presente pesquisa, não versa sobre todos os pontos da produção da autora, mas sobretudo, busca relacionar a literatura as discussões da ciência geográfica.

DIALOGANDO COM A GEOGRAFIA

Prisioneira do eurocentrismo, a Geografia possui certas limitações, como a ocultação, que de forma intencional, esconde e/ou maquia a realidade que demonstra o lado perverso das relações raciais. Apesar das tais limitações, esta ciência híbrida tem discutido sobre a temática racial a partir do que já está posto, e assim tenta invisibilizar a colonialidade, constituir referências bibliográficas que favorecem dentro da Geografia uma área temática, e com isso torna visível e estimula a produção do conhecimento, potencializando o desdobramento de reflexões sobre as atitudes negativas e o olhar vertical perante ao negro.

Infelizmente, mesmo a Geografia ter heterogeneidades de possibilidades de conhecimento, a maioria dos geógrafos se formam na faculdade sem produzir durante a sua graduação um saber sistematizados sobre as temáticas raciais.

Segundo Monteiro (2013),

Carecemos, ainda, de trabalhos que abordem as representações sobre a África construídas e reproduzidas no Brasil. Isso influencia diretamente o ensino de Geografia, seja no nível básico como no superior, onde acaba perpetuando leituras equivocadas em que a África aparece unicamente

representada como um espaço de pobreza, miséria e conflito; onde os africanos quase sempre são representados por imagens ligadas à fome, à clandestinidade, à violência e às doenças (como a AIDS). (MONTEIRO, 2013, p.41)

Portanto, cabem aos geógrafos pesquisarem, saírem da sua zona de conforto e não se limitarem ao que é contato pelo “*outro*” que vê de fora, mas se interessar ao que é dito pelos de “dentro”. Essa busca pelo conhecimento pode desconstruir o que foi posto pelos colonizadores, até porque, Cavalcanti (2003) afirma que, aqueles que detêm o conhecimento podem influenciar no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecida como uma importantíssima escritora da Literatura Brasileira, Carolina Maria de Jesus foi um personagem que, graças à leitura, contrariou o sistema que exclui os pobres e os negros, rompeu paradigmas e, de várias formas, lutou contra o preconceito. É notório que o exercício de ler trouxe à autora conclusões de um mundo visto por ela mesma, visto pelos seus olhos não manipulados.

Nessa perspectiva, observa-se que a leitura pode aqui ser retratada não somente como um ato que proporciona um pensamento crítico e amplifica o conhecimento, mas como uma ferramenta do poder. Poder este que, através da oratória e de argumentos precisos, cria ideologias que constroem e/ou desconstroem pensamentos, intitula dominado e dominador e exclui e/ou inclui.

Assim, à luz da leitura, é possível hostilizar o racismo na sala de aula através de um ensino que discute as diferenças e valoriza a identidade racial. Nessa questão, o ensino tem um papel fundamental quando é amparada pela Lei 10.639/03, pois propaga saberes que estimulam o respeito à pluralidade, formam cidadãos que enaltecem a cultura afro e entendem que o negro faz parte da formação social e cultural brasileira.

Portanto, assim como Maria Carolina de Jesus (2014) narra a sua dura realidade excludente, adverte com a sua voz, dentro do seu quarto de despejo e com muito orgulho fala da sua negritude, que todos os negros possam ter o privilégio de se reconhecerem, de compreenderem o mundo através dos seus olhos, de debaterem qualquer assunto, a partir das suas opiniões e tornarem-se visíveis na sociedade.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas** / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas/SP: Papyrus, 2003.

JESUS, Carolina Maria de, 1914- 1977. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**/ Carolina Maria de Jesus; ilustração Vinicius Rossignol Felipe. - 10.ed.- São Paulo: Ática, 2014. Disponível em: <https://www.dropbox.com/l/scl/AABHI7CXp8Bqz2GOSyG9gUrp0Ek2PrdLFKU>.

_____. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Presidência da República, Casa Civil**. Brasília. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/2003/L10.639.htm>.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade**/Doreen Massey; tradução Hilda Pareto Maciel, Rogerio Haesbaert- São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

MONTEIRO, Rosana Batista. **Práticas pedagógicas para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Ensino Médio: sociologia, história, filosofia, geografia** / organizadora: Rosana Batista Monteiro. – Seropédica, UFFRJ / Evangraf, 2013. 144 p.

_____. **Parecer 3/2004 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasil, junho de 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina**. Argentina: CLACSO, 2005.

SILVA, T. T. da. (org) **A Produção Social da identidade e da diferença**. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963- **Os conceitos Fundamentais da pesquisa sócio-espacial**/ Marcelo Lopes de Souza. 2016.